

**OS GADJÓS SÃO OS “PERFEITOS CIGANOS, MUITO CIGANOS”:
FIGURAÇÕES, ESTEREÓTIPOS E ARTIMANHAS POLÍTICAS EM MINAS
GERAIS**

Gilberto César de Noronha
Universidade Federal de Uberlândia (Inhis-UFU)
noronha.gilberto@bol.com.br

1.

A afirmação categórica, hoje está largamente disseminada, de que o termo *cigano* teria sido “registrado pela primeira vez em português em *A farsa das ciganas de Gil Vicente*”, em 1521, parece ter sido feita por Rodrigo Corrêa Teixeira, na versão modificada de sua dissertação de mestrado (TEIXEIRA, 2009, p.9). Com mais parcimônia na arriscada busca dos precursores, ainda na década de 1950, Arthur Ramos foi menos taxativo ao escrever que “Gil Vicente, fixou, *talvez* pela primeira vez, a palavra ‘ciganos’”, mas de fato, “entre eles a denominação fosse *calés* (singular *caló*), e ainda *rons* ou *rones*” (RAMOS, 1947, p. 269).

Os conhecedores da literatura portuguesa sabem, entretanto, com muito mais segurança, que o termo *cigano* apareceu em língua portuguesa antes de 1521, num poema palaciano de Luís da Silveira, intitulado “As Martas de D. Jerônimo”¹, que atribuía o desaparecimento das peles de toupeira (martas) que encurtara as mangas do casaco de D. Jerônimo de Eça, a um “engano” promovido por um “Çiguano, ou muy fina feyticeira” (RESENDE [1517], 1852. p.296). O poema foi publicado no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, em 1516, com textos escritos desde 1449, dentre os quais também se utilizam o termo “gregos” para se referir aos povos Calons, como no caso “Trouas que Afonfo valete fez em Tomar a Garcia de rrefende fem lhas mãdar” (VALENTE, 1917, p.389).

Gil Vicente ou Luís da Silveira, quem foi o primeiro a registrar o nome cigano em língua portuguesa? De todo modo, a despeito da querela dos pais enunciadores, não

¹ Luís da Silveira chalaceia de umas mangas estreitas e forradas de martas muito velhas, que D. Jerônimo de Eça mandou fazer em Almeirim: Queyxa-sse Luys Teyxeira,/tem já mil concrusões postas,/que lhe tiraram das costas/ estas peles de toupeyra./Nam ssabe per que maneira/lhe fizeram tal enguano; diz c’ou ele foy Çiguano, ou muy fina feyticeira. (RESENDE, 1852. p.295.296).

resta dúvida de que o termo *cigano* – e suas correspondentes em diversas línguas ocidentais –, é criação posterior à entrada dos povos calons em Portugal, ocorrida provavelmente ainda na segunda metade do século XV, vindos através da Extremadura espanhola para o Alentejo, região de “espaços despovoados e seus matagais, onde poderiam acoitar-se contra as perseguições” (NUNES, 1996, p. 73). Desde suas primeiras evocações, o termo condensa uma constelação de sentidos extremamente negativos que, com toda legitimidade, tem sido rejeitada pelos povos romà, sinti e caló. Constitui-se como verdadeira figura do esquecimento, assentado numa gramática da exclusão que aparece, desde 1526, na chamada legislação anticigana, como evidência e instrumento da implantação da sistemática política de exclusão contra os calons. Se não detém o pioneirismo, a produção literária teve um papel decisivo na elaboração e disseminação deste estereótipo – o cigano –, pelo qual podemos acompanhar o processo de exclusão pelo qual os diferentes grupos passaram (SORIA, 2008, p. 29-30).

Já no século XVI, o termo cigano nomeava os novos “trautamees de fora do regnno” de Portugal que, junto com os mouros, desde 1470, pelo menos, tornavam-se objeto de preocupação e controle dos naturais da terra, porque negociavam “muytas mercadorias, metemdo se por o reinno a fazer as ditas compras semeando muita moeda falsa fazendo outras muytas bulrras e emguanos”. (PORTUGAL, Capítulos gerais das Cortes de Coimbra e Évora, 1472-1471 apud DIAS, 2014, p.220). Aliás, os tais “enganos” ocorreriam não apenas nas relações comerciais ilegais, mas também no campo místico, quando os estabelecidos eram atraídos pelas capacidades misteriosas que as mulheres revelavam ao ler a sina pelas linhas das mãos, da sua queda para o canto e para a dança. Aos olhos dos cristãos católicos moralistas, práticas danosas como feitiçarias e adivinhações: a Buena Dicha ou a Quiromancia, que nas palavras de Nuno Marques Pereira, escritor barroco dos oitocentos, “he a que hoje profeffaõ os Ciganos, de mentir, e enganar pelas rayas das mãos: e com fer manifefto engano, ha nos homens appetencia de faber o futuro” (PEREIRA, 1760, p. 123).

Entretanto, já deste este primeiro exercício do poder de nomear exercido pelos portugueses, excluindo o diferente, em Portugal e no Brasil, o termo cigano não se referia apenas aos povos Calons – em maior número na Península Ibérica –, Sinti e

Roms, mas foi utilizado também num sentido figurado, aludindo indiretamente a certas características dos próprios sujeitos estabelecidos (ou para evocar um termo afinado com a luta identitária atual romani, da sociedade circundante), responsáveis por forjar o campo semântico no qual “cigano” aparece como categoria de exclusão. Ou seja, o termo também é utilizado em sentido figurado para designar os gadjé em situações específicas de comunicação, notadamente na linguagem e na ação política. Não mais como uma categoria do esquecimento, de sujeitos e práticas culturais consideradas inadequadas à sociedade que os nomeia, mas como um quase conceito político com extensão e compreensão determinadas. E neste sentido, não é mais Luiz da Silveira, mas Gil Vicente quem poderá retornar à condição de pioneiro, quando na *A Farsa das Ciganas*, encenada para a corte do rei d. João III, na cidade de Évora (ANDRADE JÚNIOR, 2013, p. 103). Nesta peça, Gil Vicente faz uso da figura do cigano como tipo social novíssimo no reino (em 1526)², não apenas para retratar os calons, mas para abordar parodicamente as táticas da nobreza para se manter no poder, com casamentos endógenos, num enlace cultural fechado pela consanguinidade e pela barganha política. Se este tipo estéril já se apresentava no século XV como motivo de escárnio para/dos nobres, não exatamente pelo enredo, pela intriga ou pelas histórias contadas pelas personagens ciganas (Martina, Cassandra, Lucrécia e Giralda), mas simplesmente “pelas suas características, seu falar em geringonça” e seu agir destoante da sociedade estabelecida (SALES, 1988), como trapaceiras, embusteiras e bruxas que viviam de ler a sorte. As personagens ciganas também tinha a função de fazer a distinta plateia que cercava os atores, a rir de si mesma quando se reconhecia naqueles personagens-tipo, não como negociantes de cavalos e leitores de boas venturas, mas como arranjadores do futuro, por matrimônios e pactos de sangue. Estereótipo, entendido como uma forma cultural que molda e ordena o real conferindo-lhe sentidos e visibilidade (SEIXAS, 2013, p. 14). Tornando visíveis as configurações políticas Gadjé, em sua capacidade de adaptação, bem mais do que as dos Calons.

² Os calons teriam “penetrado na Espanha em 1447, vindos da França. Logo se espalharam pelas várias províncias chegando à Extremadura, de onde passaram a Portugal”, fixando-se pela primeira vez na região do Alentejo. (RAMOS, 1947. p. 269)

Na peça de Gil Vicente, a despeito de toda a carga negativa com a qual se refere aos recém-chegados à península ibérica, o ápice do riso, inferimos, ocorre quando a plateia de nobres se daria conta de que, no fundo era ela (e não as personagens-tipo, os calons), o perfeito cigano, muito cigano em matéria de casamentos, utilizados como base de acordos políticos e diplomáticos, para os quais “reis e rainhas serviram-se muitas vezes de seus filhos, ainda impúberes” (GIMENEZ, 2005, p. 12). Neste sentido, da utilização do cigano como uma designação da cultura política gadjé é que me parece que o termo constitui, ainda hoje, fato linguístico de primeira ordem na compreensão histórica daquelas sociedades ocidentais que forjaram e adotam esta nomeação. Por razão semelhante, ainda que em sentido oposto, àquela que tem feito os povos calons, sinti e roms a rechaçar o termo “cigano” como estratégia de unificação das lutas identitárias – utilizando o termo romà para se autodenominarem, talvez seja relevante pensar historicamente o termo cigano, herdado da tradição ocidental, como estratégia de compreensão de aspectos importantes da cultura ocidental, e, especificamente da sociedade brasileira, em suas figurações políticas historicamente constituídas.

Explorando a força semântica do termo cigano, uma criação gadjé que serve para nomear o outro, o estrangeiro, na diferença pela qual constitui seu próprio processo de reconhecimento, deixaremos o Portugal quinhentista e voltaremos ao Brasil, perguntando: tal qual a nobreza casadoira que assistia à peça de Gil Vicente, seriam as elites políticas brasileiras capazes de reconhecer-se como perfeitas ciganas em suas estratégias políticas? Em que situações as ações do gadjé foram enunciadas por este epíteto? Diferentemente dos roma, sinti e calons politicamente organizados, talvez ainda não estejamos preparados para abandonar o termo cigano, propondo riscá-lo dos dicionários históricos, sem sugerir incluí-lo no vocabulário político: tal palavra, em suas tantas variações, sedimenta experiências históricas distintas e evoca sentimentos diversos que, interrogados, para além de seu uso imediato e valor aparente, poderá ainda nos informar sobre a gramática da exclusão que instituiu a história da sociedade ocidental e poderá nos aproximar ainda mais da compreensão de nossas práticas políticas. Afinal, segundo tais significações, quando o gadjé pode ser enunciado como cigano? Neste sentido, o que é ser cigano?

2.

Tendo esta questão em mente, convido o leitor a visitar Minas Gerais na passagem do século XVIII e XIX, segundo a imaginação de Antônio Campos Guimarães (1985), em seu romance histórico intitulado *Dama do Sertão*, quando narra o encontro de Joaquina do Pompéu – famosa matriarca do oeste de Minas Gerais, com um grupo de ciganos. A cena teria ocorrido entre 1785-1795. O autor da obra é um biógrafo oficial (descendente da fazendeira) comprometido com a exaltação da imagem positiva de Joaquina do Pompéu como “Dama do sertão” (NORONHA, 2007, p. 148).

Waldemar é nome que o autor escolhe para “o chefe da tribo” de ciganos que chega à Fazenda do Pompéu (MG) exercendo as atividades secularmente reconhecidas como praticadas pelos calons, com características físicas que reforçam o tipo: trazendo “cavalos para troca ou venda, chitas, outros panos e algumas mercadorias mais”. Este cigano “magro, desconfiado, pele queimada (Kalon, como homem negro, cf COSTA, 2006), olhos esverdeados”, de quem o leitor conivente espera os maiores engodos e ciganagens, é surpreendido pela exposição da habilidade na barganha (catira), não a do cigano, mas a da fazendeira, famosa pelo seu tino administrativo – eufemismo para ações escusas, por vezes, violentas, largamente denunciadas pelos detratores de Joaquina do Pompéu, segundo sua imagem de sinhá braba experiente na arte de “iludir e enganar” (cf. NORONHA, 2007, p. 97). Remetido ao universo dos ciganos e ao campo semântico da ciganagem, entretanto, o leitor tem seu referente deslocado.

Joaquina pergunta a Waldemar:

- O senhor leva tachos de cobre?

- Levo alguns.

- Estou interessada; traga-os para que os veja.

Waldemar, em meia hora, estava de volta com outro cigano, mostrando a Joaquina os tachos areados e avermelhados, com alças de rebites.

- Quero estes três; e o preço?

- 3\$000 cada um.

- Seu Waldemar, os tachos estão muito caros! Mas se quiser uma troca, tenho um cavalo que posso dispor.

- Traga-o, senhora, quero ver.

Falou baixinho.

- Zacarias, busca no pasto da porta o queimado cheio de manchas.

Waldemar abre-lhe a boca, examinando-lhe os dentes. Levanta suas patas e olha os cascos. E Joaquina:

- Faço a troca, mas com uma volta de 3\$000;

O cigano pensou: “Esta mulher deveria fazer parte da minha tribo!”

- Senhora, eu não posso voltar o que pediu. Gostei do cavalo, mas, ontem, vendi tachos iguais na Vila, por 4\$000 cada. Recebo o cavalo pelos tachos e minha filha poderá ler sua mão, sem pagar.” (GUIMARÃES, 1985. p.119-120.

Nesta obra literária, o autor faz uma inversão de sentido – aos modos de Gil Vicente – atribuindo à fazendeira estabelecida uma característica ahistoricamente associada à figura do cigano – a arte da negociação, daquele que recorre à esperteza para ludibriar o interlocutor, princípio intrínseco ao chamado tino comercial, ou habilidade da catira, *pari passu* com o cigano, com o fito de enaltecer “a mulher de trato civilizado, que negocia” (TUPINAMBÁ, 2005). Esta estratégia narrativa coloca Joaquina do Pompéu no limite tênue entre a vantagem e a trapaça pelo qual os ciganos são reconhecidos de longa data, fama segundo a qual agem “provocando oportunidades de que conseguem tirar proveito, ludibriando os incautos”. (NUNES, 1996, p. 192). Características de uma legítima “sinhá braba”, esperta e mandona que “Invadia terras, roubava gado, enchia cisternas de corpos, praticava crueldades gratuitas” (NORONHA, 2007, p. 176), tal qual um verdadeiro cigano-estereótipo, com a diferença de que os ciganos só roubariam os gadjé, enquanto os gadjé roubam-se uns aos outros (NUNES, 1996, p. 192). Neste sentido, como a mais bem acabada imagem do capitalista selvagem, os Gadjé talvez fossem os verdadeiros ciganos, bem ao gosto das ocorrências policiais publicadas largamente nos jornais mineiros desde o século XIX, que evocaram as correrias ciganas (dos e contra eles) estimulando os “medos, pânico, histórias de logros, roubos, rixas e vinganças, temores ancestrais, com pelo menos cinco séculos de acumulação e de incompreensão” (AMARO, 2006, p. 9).

3.

As primeiras referências a ciganos encontradas em jornais mineiros³ foram publicadas no mesmo ano da morte de Joaquina do Pompéu, ocorrida em 07 de dezembro de 1924, pelo *Abelha do Itaculumy* (25/02/1924), na seção “artigos officiaes”. Os textos são compilação de normas expedidas por Estevão Ribeiro de

³ Disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a Coleção dos Jornais Mineiros, do Arquivo Público Mineiro, no século XIX/XX.

Resende⁴, à época, intendente geral de polícia do governo provisório de D. Pedro⁵. No primeiro texto, a intenção era o combate ao contrabando pela regulação da venda e transferência de escravos feita para evitar a travessia ilegal de escravos furtados e/ou comercializados *por ciganos* traficantes, provavelmente Calons, na fronteira entre Minas Gerais e São Paulo. No segundo documento, além de tratar destas questões, expressa também a preocupação da Intendência Geral de Polícia em combater os quilombos e “facinorosos”, reiterando a necessidade de produção de informações sobre os escravizados. (ABELHA DO ITACULUMY, Nº36, 2 de Abril, 1824, p.2).

O quinto texto publicado pela imprensa mineira que utiliza o termo “Cigano” é uma “Parábola” aparecida no jornal *Astro de Minas*, 14 anos depois da morte de Joaquina do Pompéu. É o primeiro na imprensa mineira que adota a máxima vicentina de utilizar características consideradas típicas dos calés para se referir aos gadjés, como recurso teatral/literário e forma de crítica social e política pelo estranhamento – quando o nome é “intencionalmente removido do âmbito da percepção automatizada” (GINZBURG, 2001. p.18).

O texto alegórico endereçado ao Governo (provavelmente se referindo ao Regente do Império, à época, Pedro Araújo de Lima, o marquês de Olinda), associava a figura do feitor às Assembleias Provinciais criadas em 1834 e a imagem dos ciganos era atribuída aos conservadores, por este recurso chamados de manipuladores, salteadores, a enganar o dono da fazenda (chamada Brasil), tramando contra a administração do feitor/liberal (como o padre Antônio Feijó). Provavelmente fazia referência, e se opunha, às críticas à descentralização promovida pelo Ato Institucional de 1834,

⁴ Natural da vila de São José d'El Rei, comarca do Rio das Mortes, na Província de Minas Gerais, desempenhou cargos estratégicos no reinado de D. João VI e no governo provisório e imperial de D. Pedro. Foi o primeiro Juiz de Fora e Órfãos da Capitania de São Paulo, Fiscal dos Diamantes do Serro Frio, Desembargador da Bahia, Ajudante de Intendente Geral da Polícia da Córte e Reino do Brasil, (BANDECCHI e AMARAL, 1972 p. 508.)

⁵ “Sob o período governado por D. Pedro, primeiro como Regente e depois como Imperador, Estevão Ribeiro desempenhou as funções de superintendente geral dos contrabandos (1821) e intendente geral da polícia (1822). Sua inserção no terreno propriamente político começou ainda em novembro de 1822, quando sucedeu Gonçalves Ledo no cargo de primeiro secretário do Conselho e Procuradores Gerais das Províncias. Em agosto do ano seguinte, Estevão Ribeiro recebeu de D. Pedro o título de conselheiro de Estado”. Posteriormente, Recebeu o título de Barão e de conde de Valença”. (Cf. OLIVEIRA, 2010. p. 11.)

correntes naquele período, cujo debate culminou, dois anos depois, em 1840, na (re)centralização do poder, com a Interpretação do Ato Institucional. Ei-la na integra:

“PARABOLA.

Offerecida ao actual Governo.

Hum grande patriarcha dos tempos [Pedro I?] que forão, possuía extensas herdades, e não podendo por si mesmo administra-las, tinha lhes posto hum Feitor [Regente, Antônio Feijó?]. Este fazia de sua parte quanto podia para bem desempenhar sua tarefa; mas ultimamente começarão a’ infestar esses lugares hordas de ciganos e salteadores, que o trazião sempre nos maiores cuidados, e que somente esperavão ocoasião opportuna para o seo costumado seque e pilhança. Eis que estes se lembrarão hum dia de traça feliz, que lhes prometia facil alcance de seo fim; acommeterão em chusma a casa, em que estava o pobre administrador, gritando em altas vozes e com grande alarido, que o vinhão salvar e que este estava roubando seo amo. Acode o senhor sobressaltado, e com ingenuidade infantil. Com candura de pomba realmente acredita, que o Feitor o estava despejando, e que os salteadores he que o tinham livrado; em consequência depois de haver despedido aquelle com as mais cruéis e amargas reprehensões; aceita a efferecimento que estes fizerão de serem dahi em diante seos administradores, prometendo com a maior segurança, que havião de fazer prosperar como nunca a sua fasenda. O simples senhor sobressaltado e surprehendido com o acto, que acabava de presenciar, tudo concedeo. Então, os ciganos, já de dentro da casa, e dispondo de tudo, longe de cuidarem no bem de seo amo, forão cuidando unicamente de si e dos seos, forão se enchendo e fartando a custa da barba longa do sincero patriarcha que nos braços de huma cega confiança dormia profundo somno. Ate que emfim quando despertou, e foi correr suas herdades, não encontrou senão ruínas e destruições; os campos talados, as casas arrasadas, tudo devorado então conhecendo seo engano, arrancou do intimo peito profundos gemidos, e lagrimas copiosas lhe corrião ao longo da face; mas já era tarde; os ladrões já tinham fugido para terras remotas. (Do Cidadão) ” (ASTRO DE MINAS. São João Del Rei. Nº1665, 25 de setembro, 1838, p.3).

“Hordas de ciganos e salteadores”, bajuladores “gritando em altas vozes e com grande alarido”, ganham a confiança enquanto preparam a “pilhança”, o engano, “cuidando unicamente de si e dos seos, forão se enchendo e fartando”. Uma vez dando o golpe, “os ladrões” fogem para “terras remotas”. Tal descrição apresentada na parábola se assemelha ao sentido das caracterizações largamente utilizadas nos documentos que registraram a ação de ciganos no ocidente. A diferença aqui é que ela se refere às elites políticas brasileiras gadjé e não aos calons. O cigano, neste contexto, é o político

conservador do período regencial, cujas “qualidades” e atitudes reprovadas se afastam da percepção comum banalizada dos calons e se aproxima de uma cultura política gadjé.

No âmbito desta disputa ferrenha entre liberais e conservadores, da qual o povo ficava alijado, aparece publicada, em 1849, uma “*Correspondência enviada por leitor anônimo cognominado ‘Tagarela’*” ao jornal “*O Itamontano*” de Ouro Preto⁶. Aqui, o termo cigano é mais uma vez evocado para se referir às atitudes políticas reprováveis dos gadjós, Desta vez para criticar as indicações políticas – não de conservadores, mas dos liberais – àquele tempo, já chamados de Luzias. A utilização do epíteto cigano, e de todo o campo semântico com o qual ele se alinhava, parecia válida tanto para conservadores quanto para liberais, dando razão à frase célebre, atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: “Nada se assemelha mais a um ‘saquarema’ do que um ‘luzia’ no poder”. Ou seja, em política brasileira, conservadores e liberais, são ciganos. Procuremos explorar o a extensão do termo como um verdadeiro conceito político questionando: o que significaria ser cigano naquela situação específica?

A queixa que motivava a evocação do termo cigano para nomear os Luzias é que o remetente Tagarelo era contrário à indicação política do subdelegado do distrito de Paulo Moreira, atual município de Alvinópolis-MG. A referência aos ciganos se dá de forma figurada para descrever a suposta anarquia, desgoverno, insegurança e violência vividas pela comunidade com as novas nomeações politiqueiras. Segundo a carta,

[O cargo de subdelegado] foi passado ao sr. Candido de Abreu e Silva, que come porcos sem os engordar, come, e vende bois sem os crear etc. etc. (...) elle no dia, em que aqui chegou a noticia da demissão do sr. Coelho capitaneou uma orda de vandalos dados á crápula, e com foguetes, tambores, e adufes amotinarão a pacifica povoação de Paulo Moreira com voserias, vivas indiscretos, e gritos descompassados, levando o susto, e o terror ao centro das famílias, e pessoas de negocio, que *pensando ser alguma tropa de ciganos, e ladrões (nem uma differença há destes á aquelles)* feixarão suas portas, e se prepararão para a defeza. (...) Pois não tinha o governo neste disctricto saquaremas probos para dar-lhes estes cargos? (...) O Tagarello (O

⁶ Jornal Liberal fundado por Domingos Soares Ferreira Pena, Ouro Preto. Circulou entre 1848 e 1849. Cf. (NEVES, 1997. p. 173).

ITAMONTANO: Periódico político e literário de Minas Gerais. Nº 131, ano II, 7 de Fevereiro, 1849, p.4).

Os políticos da situação (liberais) comportavam-se, segundo a avaliação do remetente, como uma tropa de ciganos, que na imagem comum encontrada nos próprios jornais eram concebidos como “(...) uma horda de *homens sem profissão licita* (..) e que em todo lugar por onde aparecem deixão sulcos de sua passagem, ou roubando toda sorte de animaes ou praticando outros e mais graves crimes” (A PROVINCIA DE MINAS, 09/11/1882: 2), “munidos de patentes falsas de officiaes do corpo de policia e de uma precatória também falsa”, praticando a *buena dicha* ou o livre comércio, por vezes “tem feito compras e negão terminantemente o pagamento ameaçando matar aquelles que lh’o vão exigir” (LIBERAL MINEIRO, 04/08/1886: 2). Através das páginas do jornal oficial de Minas Gerais “Recommendeu-se ao delegado do Peçanha que procedesse com energia, empregando os meios facultados em lei contra uma horda de ciganos que trazem em sobressalto os habitantes daquela zona” (MINAS GERAES, 10/05/1892: 1).

Tais ações de ciganos eram reprovadas e combatidas com veemência pela força policial e pela imprensa quando se tratava de calons, mas nem sempre eram refutadas quando eram praticadas por Gadjé, sejam eles Luzias ou Saquaremas, que agiam como aqueles “Bandos de ciganos [que] assaltão a localidade, à noite, os cidadãos pacíficos são acordados com tiros e algazarras” (LIBERAL MINEIRO, 09/10/1886, p. 2).

Conforme a imagem construída nos jornais mineiros, a oposição política aos mandatários locais da situação sabia da “regra infalível”, da máxima de que “não há cigano que não seja jogador”, e a sabedoria popular dos alijados da política também reconhecia que em “ajuste com cigano” a gente “raras vezes sahe-se bem” (DIÁRIO DE MINAS. Ouro Preto: Nº 147, ano I, 16 de Outubro 1873, p.3). Tais definições eivadas de preconceitos e lugares comuns de ódio racial que têm como referente-vítima, os povos calons que viveram, interagiram e circularam nos territórios mineiros, entretanto, não foram empregados exclusivamente para eles: o termo cigano, com toda a força de significação que carrega, empregava-se também para enunciar o jogo político-partidário

mais restrito cuja prática no Brasil está assentada na cultura de proteger o clã e subjugar, ou se vingar, dos adversários com o uso da força. Nesse sentido, os grupos políticos pareciam se ajustar mais ao que seria o significado de ser cigano do que os próprios calons.

Além disso, o termo cigano também era evocado para classificar a índole dos subalternizados, daqueles que estavam fora do jogo político-partidário, nas estratégias de dominação comuns desta elite política e econômica. Tal como aparece no anúncio veiculado pela primeira vez no jornal “A Actualidade”⁷ em 13 de abril de 1878:

ANNUNCIOS. (...) MOLEQUE FUGIDO. 200\$000 DE GRATIFICAÇÃO. Fugio da fazenda da Boavista perto da Estação da Sapucaya, em 9 de Abril de 1877, o moleque SERAPHIM, idade 20 annos, com principio de barba, côr retinta, nariz acachapado e ventas largas, pupillas e dentes bem claros, pés grandes, altura regular. Falla muito bem; *é muito cigano*; costuma trazer o chapéo ao lado. Desconfia-se ter acompanhado uns mascates italianos, como camarada. Entende de padaria e é de presumir que tenha procurado emprego de vendedor ou trabalhador de padarias. Gratifica-se com a quantidade acima a quem o levar a seu senhor, Joaquim Teixeira da Silva Cotta, na referida fazenda, ou a Manoel Joaquim Pereira na Sapucaya, ou á Rua da Quitanda n.99, no Rio de Janeiro. Tambem se gratifica a quem delle der noticias recentes. Protesta-se com o rigor da lei contra quem o acoutar.” (A ACTUALIDADE: órgão do Partido Liberal. Ouro Preto: Nº 12, ano I; 13 de Abril de 1878, p. 4.)

Não seriam apenas os calons, sinti ou roma os muito ciganos. Segundo as significações que circularam na imprensa do século XIX, caracterizar uma pessoa como “muito cigano” era concebê-la no campo semântico da esperteza, da sedução, do tratamento cortês, que escondia o “ladrão”, como sugere as frases feitas publicadas na coluna variedade do jornal o Constitucional.

“VARIEDADE. (...) RELAMPAGOS. (...)
Todo o branco quer ser rico,
Todo o caboclo pimpão;
Todo o negro é feiticeiro,
Todo o cigano ladrão. (...)” (O CONSTITUCIONAL. Ouro Preto: Nº17, ano I, 22 de Junho, 1878, p.2.)

⁷ O anúncio apareceu pela primeira vez em 13 de abril de 1878 e foi republicado nos números seguintes deste jornal (edições n.13 , 16, 17, 20, 21 e 25) ao custo total de 15.120 réis. O anúncio aparece também no periódico “O Constitucional”⁷, publicado em sua edição de 29 de abril daquele ano.

A trova não tem graça, e está no limite da tolerância do historiador com as suas fontes. Entretanto, antes de expiar este sentimento reprovável em relação ao outro – apreendido ou enunciado através de um tipo estéril, que serve apenas ao exercício da violência simbólica seja aos Calons, aos afro-brasileiros escravizados, mas também aos políticos conservadores que não demonstram amor à sua província, aos monarquistas restauradores, usurpadores da *res pública*, ciganos syndicateiros (O CONSTITUCIONAL. Ouro Preto: Nº17, ano I, 22 de Junho, 1878, p.2)., distantes dos interesses locais como aqueles que, em fins do século XIX defendiam a transferência da capital do Estado de Minas, de Ouro Preto para Belo Horizonte⁸. Os homens influentes, políticos desenraizados, aqueles não identificados com o lugar, traidores da pátria, fiel aos seus laços de sangue, mas cruel com circundantes, eram considerados os “verdadeiros ciganos”. Este é o sentido utilizado no império para designar os políticos com p minúsculo e que, agora, na titubeante República, em jornais de Ouro Preto, passou a ser também associado aos “mudancistas”. Estes sim, considerados os

“verdadeiros ciganos, saltimbancos políticos, que a querem despojar e vender [a capital Ouro Preto], é útil que não a abandonemos. Venham aqui os homens de coração, os homens inteligentes, e eles que digam se o berço das letras, merecia tamanha guerra dos argentarios sensuaes que exploram a immoralidade dos syndicateiros implacáveis (...) para a negociata de correctores e banqueiros (...)” (O JORNAL DE MINAS. Ouro Preto: Nº 43, anos XIV, Terça-Feira, 3 de Março 1891, p.1)

E aqui chegamos à problemática principal deste trabalho: atentamos, sobretudo, para a evocação do termo “cigano” em situações que extrapolam as abundantes

⁸ Neste excerto, publicado no “O Jornal de Minas” (periódico diário que, após a proclamação da República, sob a gerência de José Francisco Rodrigues, sucedeu o “Liberal Mineiro”, circulando entre 1889 e 1891) os autores reproduzem e respondem a texto publicado no jornal “A pátria mineira” que sugeria a intervenção federal nas eleições estaduais. Para se referir pejorativamente aos propositores, evoca-se o termo “Cigano”, utilizando-o com um significado próximo daquele que, no tempo do Império, se utilizavam os liberais para enfatizar o caráter exterior e distante dos interesses locais dos conservadores. Neste caso, referindo-se àqueles que defendiam a transferência da capital do Estado. (O JORNAL DE MINAS. Ouro Preto: Nº 12, anos XIV, Segunda-Feira, 16 de Janeiro 1891, p.2).

significações e referências diretas aos sujeitos “Calós” que percorreram o território mineiro e são aplicadas aos “Gadjós”. Perscrutamos a historicidade desta nomeação como elemento significativo da linguagem figurada que caracteriza e institui linguagens, valores e sujeitos políticos diversos, em diferentes espaços-tempos de Minas Gerais. Fazendeiros, governantes, negociantes, forasteiros representados como “perfeitos, ciganos” (A ACTUALIDADE: órgão do Partido Liberal. Ouro Preto: Nº 73, ano II, 16 de Agosto 1879, p.2), muito ciganos, “tudo gente da mesma laia”⁹, conformada numa gramática excludente que atualiza significações estereotipadas constituídas no mundo português que remontam aos seiscentos e que se apresentam fortalecidas nos periódicos como expressão ambivalente dos sentimentos, desejos, valores e estratégias (econômicas, políticas e sociais) “típicas” das elites políticas mineiras e da cultura política brasileira. Se os legítimos ciganos não são os calons, os sinti, os roma, que já se insurgiram com coragem contra esta nomeação exógena, devemos apagar de nossos dicionários esta constelação de sentidos negativos que o termo carrega, de longa data? Ou o termo ainda tem a potência de enunciar as nossas mazelas políticas, tal qual a estratégia narrativa que remonta aos tempos de Gil Vicente? Afinal, quem é o cigano, perfeito cigano, nesta história de exclusões, com todas essas qualidades reprováveis? São os Gadjé, os próprios criadores do termo? Ao propor o apagamento do verbete, acabaremos com todas as nossas ciganagens políticas, ou teremos que forjar ou recorrer a outros nomes e conceitos para a autocrítica e compreensão de nossa cultura política autoritária e bandoleira? Por que os ciganos nos incomodam? Refaçamos a pergunta, não nos referindo aos calons, roma ou sinti, mas aos políticos ciganos.

*

⁹ A se considerar os estudos etimológicos de Antenor Nascentes, “LAIA — 1 (espécie, casta). "Como este termo é depreciativo ou quase grosseiro, parece-me que mais facilmente proveio de um dialeto de ciganos (em romani existe lay (—lai) com o mesmo significado), do que do germânico, como opinam os etimologistas, conquanto, em alemão, ele até exista como sufixo, com a forma lei, por exemplo, em allerléi, de toda a maneira" (G. Viana. Apost.. II, o5) . A. Coelho liga ao vasconeo laya. O esp. tem laya, que a Academia Espanhola filia ao b. lat. alaia, lei da moeda, e éste ao lat. ad le.gcn, segundo a lei. M. Lübke, REW, 48oG, tira do fr. Zaie (Kristischer Jaliresbericht, VI, 1 393) e acha formalmente difícil a derivacao do anglo-saxao lagu, lei (Zcitschrift Rom. Phil, XXIII, 199). — 2 (fazenda) : A. Coelho tira do lat. lana, lá.” (NASCENTES, 1955, p.288).

Cigano, uma palavra gadjé e se ela nunca serviu para bem conhecer os povos roma, carrega, entretanto, significações importantes para entendermos a sociedade que os nomeia – que os exclui, de fato, mas também discursivamente. Formas de exclusão que operam no limite da relação entre memória e história, negando a historicidade dos seus referentes através de termos, expressões e figurações que os designam como um conjunto supostamente estável, durável e homogêneo – isomorfos. Tais formas discursivas são “representações semânticas” cujo grau de pertinência é fraco ou nulo em relação ao referente – os romà –, mas ainda muito pertinente em relação aos gajdéganos, uma vez que tais nomeações constituem fato linguístico de primeira ordem quando estamos interessados na [auto]representação da própria sociedade ocidental moderna. Neste sentido, figurado, o termo cigano parece adquirir significação política mais precisa. Afinal, estas formas de enunciação vêm nos interessando ao pensar o mundo pelo viés da história. Estas formas de enunciar, em uma espécie de semântica da exclusão, da produção do outro de nós mesmos, no conjunto mais amplo da gramática da nacionalidade problemática do Brasil.

REFERÊNCIAS

FONTES

- A ACTUALIDADE: órgão do Partido Liberal. Ouro Preto: Nº 12, ano I; 13 de Abril de 1878, p. 4.
- A ACTUALIDADE: órgão do Partido Liberal. Ouro Preto: Nº 73, ano II, 16 de Agosto 1879, p.2.
- ABELHA DO ITACULUMY¹. Ouro Preto. Nº20, 25 de Fevereiro, 1824, p.2-3 [p. 79].
- ABELHA DO ITACULUMY. Ouro Preto. Nº36, 2 de Abril, 1824, p.2 [p 142].
- ASTRO DE MINAS. São João Del Rei. Nº1665, 25 de setembro, 1838, p.3.
- DIÁRIO DE MINAS. Ouro Preto: Nº 147, ano I, 16 de Outubro 1873, p.3.
- GUIMARÃES, Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
- O CONSTITUCIONAL. Ouro Preto: Nº17, ano I, 22 de Junho, 1878, p.2.
- O CONSTITUCIONAL. Ouro Preto: Nº17, ano I, 22 de Junho, 1878, p.2.
- O ITAMONTANO: Periódico político e literário de Minas Gerais. Nº 131, ano II, 7 de Fevereiro, 1849, p.4.
- O JORNAL DE MINAS. Ouro Preto: Nº 12, anos XIV, Segunda-Feira, 16 de Janeiro 1891, p.2.

- O JORNAL DE MINAS. Ouro Preto: Nº 43, anos XIV, Terça-Feira, 3 de Março 1891, p.1
- PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Lisboa: Oficina Antônio Vicente de Paula, 1760.
- RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral*. Stuttgart Gedruckt auf Kosten des litterarischen Vereins, 1852. p.295.296.
- TUPYNAMBÁ, Yara. Entrevista concedida a Gilberto César de Noronha. Belo Horizonte/MG, 17 de outubro de 2005.
- VALENTE, Afonso. Trouas que Afonso valete fez em Tomar a Garcia de Resende fêm lhas mãdar. In: RESENDE, Garcia de. *Cancioneiro Geral*. Tomo V. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917. p. 386-401.

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Rogério Roque. Prefácio. In: COSTA, Manuel Augusto Abrantes da. *Ciganos: histórias de vida*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
- ANDRADE JUNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 33 n. 66, p. 95-112, Dec. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882013000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 04 June 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882013000200006>.
- BANDECCHI, Brasil e AMARAL, Antônio Barreto do. O arquivo do Marquês de Valença. *Revista de História*. v. 45 n. 92 (1972), São Paulo, p. 508. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322607851_O_arquivo_do_Marques_de_Valenca [accessed Dec 12 2018]
- COSTA, Manuel Augusto Abrantes da. *Ciganos: histórias de vida*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
- GIMENEZ, J. C. A Rainha Isabel nas estratégias políticas da Península Ibérica (1280-1336). 2005. 201 f. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 8 Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- GINZBURG, Carlo. Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Brasileira*. V. 1. Rio de Janeiro: 1955.
- NEVES, José Teixeira. *Periódicos mineiros na Biblioteca Nacional*. Anais da Biblioteca Nacional, v. 117, p. 79-313, 1997.
- NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompeu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia: Edufu, 2007.
- NUNES, Olímpio. *O Povo Cigano*. 2.ed. Lisboa: Ed. Autor, 1996.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Estevão Ribeiro de Rezende, o Marquês de Valença: política, magistratura e construção do estado nacional. *Embornal*. Revista Eletrônica da ANPUH-CE, v. 1. p. 1-18, 2010.
- RAMOS, Arthur. *Introdução à antropologia brasileira*. V. 4. As culturas europeias. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

- SALES, João Nuno. *Ciganas*. Lisboa: Quimeras, 1988.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Gestão do esquecimento e cultura política brasileira: a construção de um objeto sensível de pesquisa histórica. In: *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, 2013, Natal. Anais Eletrônicos - XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.
- SORIA, Ana Paula Castelo B. *Entre a dor de ser “cigano” e o orgulho de ser romà: aproximação à literatura romani e a auto-representação dos romà em duas obras de Jorge Nedich*. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Literatura)-Universidade de Brasília, 2008.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008, 127pp.